

MANIFESTO AO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

- 1** Reunidos na Conferência Popular de Educação, realizada na Praça da República em 15, 16 e 17 de março, professores, estudantes, pais, funcionários, lideranças sindicais e populares e outros segmentos sociais, representados neste documento pelas entidades signatárias, dirigem-se ao Senhor Secretário da Educação do Estado de São Paulo para manifestar seu posicionamento sobre a atual situação da educação pública em nosso estado.
- 2** O povo brasileiro percorreu um longo caminho para conquistar o direito à educação pública, gratuita, de qualidade previsto na Constituição Federal. Contudo, tem ainda que conquistar a real efetivação deste direito, por meio de políticas públicas e ações governamentais que assegurem universalização do acesso, qualidade do ensino, permanência dos estudantes nas escolas; gestão democrática; valorização dos profissionais da educação; infraestrutura e manutenção das unidades escolares; enfim, todos os fatores que permitam à escola pública cumprir integralmente sua função social, que é a de garantir a todos e todas acesso ao conhecimento historicamente acumulado, formando cidadãos e cidadãs conscientes da realidade em que vivem.
- 3** Hoje, infelizmente, a escola pública no Estado de São Paulo está muito distante de cumprir plenamente seu papel. Graves problemas estruturais, recursos financeiros insuficientes, desvalorização salarial e profissional do magistério e dos funcionários das escolas, formas autoritárias de gestão, inexistência de canais eficientes de participação das famílias no cotidiano escolar e uma série de deficiências, contribuem para que os resultados da aprendizagem de nossos estudantes pouco avancem, como atestam as avaliações oficiais.
- 4** Ao mesmo tempo, as políticas implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo, a nosso ver, não caminham na direção da resolução desses problemas. Ao contrário, agravam-nos e criam novos problemas e dificuldades para as comunidades escolares e para a qualidade da educação.
- 5** Referimo-nos, em particular, à reorganização da rede estadual de ensino, hoje suspensa por força da luta de professores, estudantes, pais, funcionários e movimentos sociais no segundo semestre de 2015, da qual decorreu sentença judicial que interrompeu o projeto do Governo Estadual.
- 6** Opusemo-nos ao fechamento de escolas e à segmentação de 754 unidades em prédios específicos para os primeiros anos do ensino fundamental, para os últimos anos do ensino fundamental e para o ensino médio, assim como nos opusemos ao fechamento de classes (que entre 2015 e 2016 já alcança mais de 5000 classes fechadas), bem como à superlotação das salas de aula, fechamento do noturno em muitas unidades e outras medidas no mesmo sentido.
- 7** Para nós, o caminho é outro. Frente a redução do número de estudantes da rede estadual de ensino, é preciso que o Estado convide todos e todas que estão fora da escola a nela ingressar, e não mais rejeite matrículas, como vem ocorrendo. Queremos que o Estado de São Paulo abra um debate sobre o padrão arquitetônico de nossas escolas. Que desenvolva um amplo e ousado projeto de construções e reformas das unidades escolares de acordo com este novo padrão. Que se abra para ouvir professores, estudantes, funcionários e pais sobre novas práticas em sala de aula, que permita mais interação e mais debates entre professores e estudantes, que colabore para que a articulação entre todos os atores do projeto pedagógico nas escolas desenvolva novos e criativos caminhos para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas do Estado de São Paulo.
- 8** Tudo isso, senhor Secretário, não será possível sem a gestão democrática e sem o financiamento da educação pública. Como dinamizar o processo ensino-aprendizagem em escolas sufocadas por métodos autoritários e mecanismos gerenciais de gestão inapropriados para um ambiente no qual o respeito mútuo, a tolerância, o acolhimento, a compreensão, a liberdade de expressão, a garantia da diversidade são fundamentais?
- 9** Como diz Miguel Arroyo, é preciso humanizar as nossas escolas. Pensamos, como Paulo Freire, que ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. E só é possível aprender num ambiente de liberdade. Por isso, senhor Secretário, queremos conselhos de escola efetivamente democráticos e que realizem a gestão escolar, tendo o diretor/a como seu maestro. Queremos grêmios livres e autônomos, eleitos democraticamente pelos

próprios estudantes, não como imposição da direção escolar. E também queremos que os pais tenham plenos direitos e facilidades para acompanhar a vida escolar de seus filhos, mas também para opinar e participar da elaboração e implementação do projeto político-pedagógico.

- 10** O Estado mais rico do Brasil precisa assegurar os meios para que a educação de qualidade ocorra. Educação, o maior patrimônio de um povo, demanda muito investimento. Aí estão os recursos do pré-sal; isenções tributárias podem e devem ser revistas; novas fontes de receitas podem ser obtidas sobre transações imobiliárias e sobre propriedades de setores muito privilegiados da população, como lanchas, iates, helicópteros.
- 11** Tudo isso passa pelo Plano Estadual de Educação, hoje em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O PEE, Secretário, não é política para um governo, mas um plano do Estado para a melhoria da educação pública. Por isso, devem ser reincorporadas ao projeto que tramita na ALESP todas as propostas debatidas e encaminhadas pelo Fórum Estadual de Educação (substitutivo nº 2, protocolado pelo deputado estadual Geraldo Cruz), bem como propostas que estão contidas no substitutivo nº 1, protocolado pelo deputado estadual Raul Marcelo.
- 12** O Governo Estadual paulista tem uma oportunidade histórica para melhorar a educação pública no estado de São Paulo. Esperamos que este manifesto seja recebido como uma contribuição neste sentido. Apontando caminhos e manifestando nossas posições, reiteramos nosso compromisso de prosseguir lutando, sem tréguas e sem abrir mão de nossas posições.
- 13** Para que a escola pública no estado de São Paulo possa melhorar, é preciso:
 - Número máximo de 25 estudantes por classe em toda a educação básica.
 - Novas configurações nas salas de aula, não mais com carteiras enfileiradas e sim com novas formas de interação entre os estudantes e com os professores.
 - Merenda de qualidade, com valor nutricional adequado à alimentação dos estudantes.
 - Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração dos desvios de verbas da merenda escolar, identificação e punição dos responsáveis com prisão e confisco de bens.
 - Valorização dos profissionais da educação.
 - Aplicação da meta 17 do Plano Nacional de Educação (equiparação dos salários dos professores à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior).
 - Jornada de trabalho de acordo com a lei 11.738/2008 (no mínimo 33% da jornada de trabalho destinados a atividades extra-classe).
 - gestão democrática, com eleição e efetivo funcionamento democrático dos conselhos de escola, grêmios livres e autônomos, APMs que possam contribuir para o projeto político-pedagógico e gestão das escolas e todos os demais espaços de participação e decisão.
 - Plano Estadual de Educação democrático e emancipador, de acordo com as propostas do Fórum Estadual de Educação (substitutivo nº 2) e contribuições das entidades que participaram da elaboração do substitutivo nº 1.
 - Mais verbas e novas fontes de financiamento da educação pública.

Conferência Popular de Educação

15, 16 e 17 de março de 2016

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

AFUSE – Sindicato dos Funcionários da Secretaria da Educação

UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UMES – União Municipal dos Estudantes de São Paulo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CMP – Central dos Movimentos Populares

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

UBM – União Brasileiro de Mulheres

Levante Popular da Juventude

UMM – União dos Movimentos de Moradia/SP

FUP – Federação Única dos Petroleiros

NAPD – Núcleo de Ação pela Democracia Popular

Juventude e Revolução

Coletivo Paratodos

Ocupação Terra Prometida – Zona Sul/SP

